



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ - SEDUC-PI

Av. Pedro Freitas, S/N Centro Administrativo, Bloco D/F - Bairro São Pedro, Teresina-PI, CEP 64018-900

Telefone - (86) 3216-3204 / 3392 - <http://www.seduc.pi.gov.br>

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 00011.051230/2023-11

1. DO OBJETO

1.1. O presente instrumento tem como objeto a definição do procedimento licitatório e de contratação para realização do **registro de preços que visa a contratação de empresa para aquisição de Subestações elétricas com potências de 75 KVA, 112,5 KVA, 150 KVA e 225 KVA com a sua instalação interna e externa, e a prestação de serviço de instalações elétricas de climatização internas, para atender à demanda da Secretaria de Estado da Educação do Piauí (SEDUC).**

1.1.1. O quantitativo de cada Subestação com a respectiva potência e a quantidade de subestações que precisam somente da prestação de serviços de instalações elétricas de climatização internas encontra-se descrito na **Tabela 01**.

TABELA 01 - DETALHAMENTO DO OBJETO

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.
01	Aquisição de subestação elétrica de 75 KVA com a sua instalação interna e externa	79
02	Aquisição de subestação elétrica de 112,5 KVA com a sua instalação interna e externa	34
03	Aquisição de subestação elétrica de 150 KVA com a sua instalação interna e externa	6
04	Aquisição de subestação elétrica de 225 KVA com a sua instalação interna e externa	2
05	Prestação do serviço de instalações elétricas de climatização internas	13

1.2. Da Divisão por Lote

1.2.1. Este Procedimento Licitatório será dividido em lotes, considerando-se a abrangência das escolas públicas estaduais que contemplam o ensino fundamental, médio, EJA e Educação Profissional, por MESORREGIÃO, visto que essa Divisão Política Regional tem por objetivo viabilizar na concorrência do certame a divisão geográfica e econômica do Estado.

1.2.2. Desta forma foi idealizada uma divisão dos quantitativos em 07 (sete) lotes, conforme **Tabela 02**.

1.2.3. A licitação por grupos (lotes) cumpre o objetivo de atender a Administração Pública quanto à economicidade, mas também proporcionar mais segurança em relação ao atendimento de forma satisfatória, econômica e padronizada, minimizando falhas e resguardando adequadamente a Administração Pública.

1.2.4. Os lotes cujos valores forem de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) serão destinados exclusivamente para microempresas e empresas de pequeno porte; os que ultrapassarem esse valor serão destinados a ampla concorrência, conforme previsão legal (Lei Complementar 123/2006).

1.2.5. A relação com o nome da Unidade Escolar, Município e a mesorregião a qual pertence encontra-se no processo (id 9570255).

TABELA 02 - DETALHAMENTO DOS LOTES

Lote I: Aquisição de subestações - Mesorregião Cerrados

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.
01	Aquisição de subestação elétrica de 75 KVA com a sua instalação interna e externa	17
02	Aquisição de subestação elétrica de 112,5 KVA com a sua instalação interna e externa	4
03	Aquisição de subestação elétrica de 150 KVA com a sua instalação interna e externa	2
Valor global do lote		R\$ 2.922.567,16 (dois milhões novecentos e vinte e dois mil quinhentos e sessenta e sete reais e dezesseis centavos)

Lote II: Aquisição de subestações - Mesorregião Litoral

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.
01	Aquisição de subestação elétrica de 75 KVA com a sua instalação interna e externa	4
02	Aquisição de subestação elétrica de 112,5 KVA com a sua instalação interna e externa	5
03	Aquisição de subestação elétrica de 150 KVA com a sua instalação interna e externa	1
04	Aquisição de subestação elétrica de 225 KVA com a sua instalação interna e externa	1

Valor global do lote	R\$ 1.624.781,11 (um milhão seiscientos e vinte e quatro mil setecentos e oitenta e um reais e onze centavos)
----------------------	---

Lote III: Aquisição de subestações - Mesorregião Meio Norte

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.
01	Aquisição de subestação elétrica de 75 KVA com a sua instalação interna e externa	33
02	Aquisição de subestação elétrica de 112,5 KVA com a sua instalação interna e externa	10
03	Aquisição de subestação elétrica de 150 KVA com a sua instalação interna e externa	3
Valor global do lote		R\$ 5.791.868,74 (cinco milhões setecentos e noventa e um mil oitocentos e sessenta e oito reais e setenta e quatro centavos)

Lote IV: Aquisição de subestações - Mesorregião Semiárido

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.
01	Aquisição de subestação elétrica de 75 KVA com a sua instalação interna e externa	25
02	Aquisição de subestação elétrica de 112,5 KVA com a sua instalação interna e externa	15
03	Aquisição de subestação elétrica de 225 KVA com a sua instalação interna e externa	1
Valor global do lote		R\$ 5.263.860,57 (cinco milhões duzentos e sessenta e três mil oitocentos e sessenta reais e cinquenta e sete centavos)

Lote V: Prestação do serviço de instalação elétricas de climatização internas - Mesorregião Litoral

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.
------	-----------	--------

01	Prestação do serviço de instalações elétricas de climatização internas	1
Valor global do lote		R\$ 58.061,26 (cinquenta e oito mil sessenta e um reais e vinte e seis centavos)

Lote VI: Prestação do serviço de instalação elétricas de climatização internas - Mesorregião Meio Norte

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.
01	Prestação do serviço de instalações elétricas de climatização internas	9
Valor global do lote		R\$ 818.073,50 (oitocentos e dezoito mil setenta e três reais e cinquenta centavos)

Lote VII: Prestação do serviço de instalação elétricas de climatização internas - Mesorregião Meio Norte

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.
01	Prestação do serviço de instalações elétricas de climatização internas	3
Valor global do lote		R\$ 273.978,12 (duzentos e setenta e três mil novecentos e setenta e oito reais e doze centavos)

2. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A aquisição de subestações elétricas com potências de 75 KVA, 112,5 KVA, 150 KVA e 225 KVA com a sua instalação interna e externa, e a prestação do serviço de instalações elétricas de climatização internas para as escolas públicas estaduais visa proporcionar um melhor ambiente de estudo/trabalho para os discentes e docentes tendo em vista que com esta aquisição poderemos climatizar as salas de aula e, assim, melhorar a frequência e o aprendizado dos alunos. Logo, a aquisição de subestações elétricas com potências de 75 KVA, 112,5 KVA, 150 KVA e 225 KVA com a sua instalação interna e externa, e a prestação do serviço de instalações elétricas de climatização internas para as escolas públicas estaduais caracterizam-se em investimento na educação pública estadual, por meio de ações promotoras de qualidade de vida escolar.

2.2. O quantitativo indicado neste instrumento, abrange **114 escolas**, conforme planilha em anexo (id 9375129);

2.3. **O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses**, contados da data de assinatura do contrato, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. Contratação de empresa para aquisição de Subestações elétricas com potências de 75 KVA, 112,5 KVA, 150 KVA e 225 KVA com a sua instalação interna e externa, e a prestação de serviço de instalações elétricas de climatização internas com a seguinte especificação:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.
01	Aquisição de subestação elétrica de 75 KVA com a sua instalação interna e externa	79
02	Aquisição de subestação elétrica de 112,5 KVA com a sua instalação interna e externa	34
03	Aquisição de subestação elétrica de 150 KVA com a sua instalação interna e externa	6
04	Aquisição de subestação elétrica de 225 KVA com a sua instalação interna e externa	2
05	Prestação do serviço de instalações elétricas de climatização internas	13

3.2. Para esta contratação, optou-se pela adoção da modalidade **Pregão, para REGISTRO DE PREÇOS, na Forma Eletrônica, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, Adjudicação por Item**, em conformidade com a Lei nº 10.520/2002; Lei Estadual nº 7.482/2021; Lei Estadual nº 6.301/2013; Decreto Estadual nº 11.319/2004; Decreto Estadual nº 16.212/2015 e Lei Complementar nº 123/2006, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o Decreto Federal nº 7.892/2013 e o Decreto Federal nº 10.024/2019, Art.3º da Lei complementar nº 198, de 28 de junho de 2023.

3.2.1. Amolda-se ao tipo de solução que se busca contratar, no caso concreto a aquisição de subestações elétricas trifásicas e prestação de serviço de instalação elétricas de climatização internas, cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos no Edital para o Tipo de Solução que a Secretaria da Educação do Estado do Piauí - SEDUC/PI necessitar contratar, de acordo com o inciso II, Art. 3º da Lei estadual nº 7.482, de 2021.

3.2.2. A opção pelo registro de preços é justificada uma vez que, muito embora a execução do objeto pretendida envolve itens essenciais à atividade finalística da SEDUC/PI, não é possível definir de forma precisa a quantidade necessária do objeto, sendo imprevisível a demanda, que pode oscilar bastante em razão das peculiaridades de municípios. Nos termos do Art. 10 do Decreto Estadual nº 11.319/2004:

Art. 10 - O SRP será adotado preferencialmente nas seguintes hipóteses:

I – quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II – quando for mais conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços necessários à Administração para o desempenho de suas atribuições;

3.3. A divisão da licitação por grupos ou lotes consiste em tornar mais vantajoso o atendimento da demanda na ponta, ou seja, considerando as mesorregiões do Estado do Piauí. Assim, a distribuição da execução do objeto por mesorregião atende ao princípio da eficiência por proceder na representatividade local na prestação dos serviços e um resultado otimizado na resposta do atendimento da demanda.

3.3.1. Com o objetivo de atender a Administração Pública quanto à economicidade, proporcionar mais segurança em relação ao atendimento de forma satisfatória, econômica, padronizada e minimizar falhas, este

Certame foi dividido em 07 Lotes, sendo 06 destinados à ampla concorrência e 01 destinado exclusivamente para microempresas e empresas de pequeno porte, na forma do disposto no art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.3.2. Quanto a previsão do inciso II do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, o normativo reconhece a ponderação prévia da administração na sua previsão, pelo termo "poderá", o que no certame em tela reconhecemos como inviável visto que ideologicamente a AQUISIÇÃO DE SUBESTAÇÃO é limitada a 01 (uma) por unidade escolar. A lógica da contratação proporcional do inciso II não poderia ser isonomicamente adotada para definição de qual vencedor iria atender às diferentes unidades escolares, já que cada lote tem quantitativo e unidades escolares diferenciadas.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS

4.1. Considerando que o objeto desta contratação de serviço se enquadra nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei nº 10.520, de 2002, com características e especificações usuais de mercado, podendo, portanto, ser solicitado por meio da modalidade de Pregão Eletrônico.

4.2. Embora a Lei do Pregão forneça um conceito do tipo aberto sobre o que sejam comuns, após analisar 03 (três) aspectos, quais sejam: a possibilidade de padronizar o objeto por meio de critérios objetivos de desempenho e qualidade comuns no mercado correspondente; se havia disponibilidade no mercado deste material, e, verificado se as especificações adotadas eram usuais neste mesmo mercado, a presente aquisição foi considerada comum e verificou-se que as especificações são usuais pelo mercado.

4.3. Pelo exposto, o objeto deste termo de referência trata-se de serviço comum, cujos padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos neste Termo de Referência, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 1º, §1º da Lei nº 10.520/2002, c/c o art. 10º, I, II do Decreto Estadual nº 11.319/2004.

4.4. Expomos que nos últimos anos, com ênfase a período de 2021 a 2023, esta secretaria elaborou projetos e contratou diversas obras, tendo a aquisição de subestação e sua instalação foi tratada como item relevante dentre os demais, visando a climatização das unidades escolares. Tais certames conferiram ao órgão a expertise suficiente para quantificar com precisão os insumos e os coeficientes de mão de obra, inclusive com auxílio de ferramentas técnicas específicas.

4.5. Para melhor visualização, depreende-se a seguir, os serviços e itens para aquisição de forma a atender a demanda proposta, elenca-se os serviços do orçamento ID 9570256:

4.6. Instalação de Transformador; Lançamento e nivelamento de condutor cabo protegido, incluindo mensageiro e espaçador; Montagem eletromecânica de estrutura de AT; Instalação de medição com proteção para transformador de (potência variável conforme lotes); Instalação de cordoalha de cobre nu não enterrada, com isolador, conector para haste de aterramento X cabo e Haste de aterramento. Por fim, Solicitação de EVT (Estudo de Viabilidade Técnica) junto à Concessionária (Equatorial). (Planilha orçamentária, ID 9570256)

4.7. Cabe ressaltar que as especificações do ID 9570274, cumprem o papel de demonstrar critérios de desempenho e de aferição quando da fiscalização da execução.

4.8. Os serviços relativos à instalação de subestação são descritos por especificações gerais e específicas, como pela A NBR 14039, normas divulgadas por concessionárias, no estado do Piauí pela Equatorial, Exemplo: 002. EQTL - Fornecimento de Energia Elétrica em Média Tensão (15kV, 24,2kV e 36kV) e normas correlatas, disponíveis em <https://pi.equatorialenergia.com.br/institucional/normas-tecnicas/>. Além de recomendações próprias dos fabricantes. Todas as referidas anteriormente de conhecimento público, e partindo-se do conceito de serviço comum de engenharia será executado sob a supervisão de profissional habilitado entende-se que o serviço ao ser enquadrado como "comum" não trará prejuízo da qualidade do que se pretende contratar, trazendo apenas celeridade e eficiência na contratação.

4.9. Para complementar a configuração em serviço comum de engenharia, ressalta-se que o mercado local possui grande quantidade de fornecedores bem como se trata de serviços de amplo

domínio pelas empresas deste segmento de prestação de serviços elétricos. De forma que pelo exposto demonstra-se que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo Edital. Por fim, o serviço possui características padronizadas e se encontra disponível, a qualquer tempo, num mercado próprio.²

4.10. Para maior explanação entendemos como serviço “comum” não apenas o que é sinônimo de simples, padronizado e de aquisição rotineira. Conforme legislação vigente para bens e serviços com complexidade técnica, seja na sua definição ou na sua execução, também são passíveis de serem “comuns” quando atentando-se para a exigência técnica neles envolvida seja conhecida no mercado do objeto ofertado, possibilitando, por isso, sua descrição de forma objetiva no edital.

4.11. Para ratificar o entendimento desta equipe técnica, quanto à natureza, sobre ser o serviço enquadrado em “comum” e sobre a padronização, recorre-se ainda aos certames licitatórios a nível nacional, como listado abaixo:

- EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO nº 13/2015 da SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA FUNDAÇÃO (CECIE/RJ) [\[1\]](#) ;
- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2022 do INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MATO GROSSO DO SUL [\[2\]](#);
- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2022 da UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS [\[3\]](#) ;

4.12. Para finalizar o contexto da padronização pontua-se que a empresa deve proceder a solicitação de Estudo de Viabilidade Técnica (EVT) junto à Equatorial o que dá ainda mais segurança quanto à execução em atendimento às normas e de forma padronizada³, visto que todas as subestações são vistoriadas pela equipe da concessionária anteriormente à autorização de comissionamento e posterior homologação da ligação.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

5.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

5.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

5.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

5.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da Contratada.

5.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

5.6.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

5.6.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

5.6.3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;

5.6.4. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e

passagens.

- 5.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
- 5.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.
- 5.9. Realizar procedimento para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada.
- 5.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.
- 5.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 5.12. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 6.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.
- 6.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 6.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 6.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.
- 6.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.
- 6.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF ou Cadastro Único de Fornecedores do Estado do Piauí - CADUF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
 - 6.6.1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - 6.6.2. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - 6.6.3. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
 - 6.6.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF;
 - 6.6.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 6.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante.

- 6.7.1. A Administração Pública não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.
- 6.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 6.9. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho.
- 6.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 6.11. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 6.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 6.13. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 6.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 6.15. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 6.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 6.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 6.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 6.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 6.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 6.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante.
- 6.22. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

6.23. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

6.23.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

6.23.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

6.24. Manter os empregados nos horários predeterminados pela Contratante.

6.25. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.

6.26. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.

6.27. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

6.28. Apresentar, quando solicitado pela Administração, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão.

6.29. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência.

6.30. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Contratante.

6.31. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

6.32. Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos.

6.33. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante.

6.34. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

6.34.1. Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis ns. 6.496/77 e 12.378/2010).

6.35. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

6.36. Elaborar o Diário de Execução dos Serviços de Engenharia, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

6.37. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Termo de Referência e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

6.38. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

6.39. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

6.39.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

6.39.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 05, de 15/03/2014, e legislação correlata;

6.39.3. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória.

6.39.3.1. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

6.40. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

6.40.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

6.40.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

6.40.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros;

6.40.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

6.40.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

6.40.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

6.40.3. Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas

protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

6.40.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

6.41. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

6.41.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA n° 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

6.41.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA n° 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

6.41.3. Nos termos do artigo 4°, § 3°, da Instrução Normativa SLTI/MP n° 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

6.42. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

6.43. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Termo de Referência e demais documentos anexos.

6.44. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone, etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

7. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

7.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitado.

9. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

9.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

9.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão, além do disposto no edital:

a) A exigência da participação de empresas que apresentem experiência através da comprovação das capacidades técnicas a nível operacional e profissional, por meio de atestado, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, e por meio de CAT, que delimita a execução de serviços registrados por ART ou RRT, emitidos por conselhos dea.

a.1) Será aceito o somatório de atestados para comprovar a capacidade técnica e operacional;

a.2) Os atestados deverão conter as seguintes informações: nome e cargo da pessoa que os assina e também o quantitativo;

a.3) A contratada deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços;

a.4) Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou decorrido no mínimo um ano do início de sua execução se houver sido firmado para ser executado em prazo superior.

b) Registro no CREA em nome da empresa LICITANTE e do responsável técnico (engenheiro eletricista), em plena consonância com a Decisão Normativa nº 36, de 31 de julho de 1991, do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA.

c) Capacidade Técnica Profissional, através da comprovação de que possui em seu quadro de pessoal, pelo menos 1 (um) engenheiro eletricista e 1 (um) técnico em eletricidade ou eletromecânica.

d) Declaração de que o profissional responsável pelo Atestado de capacidade técnica também será responsável técnico pelo futuro contrato. Entretanto, não havendo a possibilidade de ser o mesmo profissional responsável pelo Atestado de Capacidade no futuro contrato, a CONTRATADA poderá apresentar outro profissional, com a mesma qualificação técnica e deverá ter comprovada experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela CONTRATANTE, sem prejuízo das sanções contratuais ou legais cabíveis.

e) Comprovação do vínculo profissional do(s) responsável(is) técnico(s) mediante a apresentação de cópia de carteira de trabalho e/ou livro de registro, se empregado; bem como através de cópia de contrato de prestação de serviços de natureza cível e/ou através de Recibos de Pagamento a Autônomo – RPA, se autônomo, ou ainda, com declaração de cumprimento de vinculação contratual futura, caso o LICITANTE se sagre vencedor do certame; ou se sócio, apresentar instrumento constitutivo da sociedade registrada na junta comercial ou atas de assembleias.

9.4. A parcela de relevância compreende a seleção de serviços mínimos, conforme demonstrado abaixo, compreendendo o quantitativo mínimo de 20% do objeto da licitação, conforme especificação abaixo:

Lote 01:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	Subestação de energia de potência mínima	UND.	QTT
01	Subestação de 75 KVA	30 kVA, trifásica	Un	03
02	Subestação de 112,5 KVA	45 KVA, trifásica	Un	01

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	Subestação de energia de potência mínima	UND.	QTT
03	Subestação de 150 KVA	75 KVA, trifásica	Un	01

Lote 02:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	Subestação de energia de potência mínima	UND.	QTT
01	Subestação de 75 KVA	30 kVA, trifásica	Un	01
02	Subestação de 112,5 KVA	45 KVA, trifásica	Un	01
03	Subestação de 150 KVA	75 KVA, trifásica	Un	01
04	Subestação de 225 KVA	112,5 KVA, trifásica	Un	01

Lote 03:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	Subestação de energia de potência mínima	UND.	QTT
01	Subestação de 75 KVA	30 kVA, trifásica	Un	06
02	Subestação de 112,5 KVA	45 KVA, trifásica	Un	02
03	Subestação de 150 KVA	75 KVA, trifásica	Un	01

Lote 04:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	Subestação de energia de potência mínima	UND.	QTT
01	Subestação de 75 KVA	30 kVA, trifásica	Un	05
02	Subestação de 112,5 KVA	45 KVA, trifásica	Un	03
03	Subestação de 225 KVA	112,5 KVA, trifásica	Un	01

- A licitante deve comprovar ter executado uma subestação de energia com potência mínima indicadas nos quadros, bem como ter em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, um Engenheiro Eletricista e/ou Técnico Eletrotécnico devidamente reconhecido pela entidade de classe

correspondente detentor de atestado de responsabilidade técnica para sua execução do serviço (SERVIÇO DE RELEVÂNCIA TÉCNICA).

9.4.1 A Lei nº 8.666/93 impõe que, na etapa de habilitação, em se tratando de obras, entre outros aspectos, a Administração deve analisar a qualificação técnica dos licitantes com o objetivo de aferir a capacidade, experiência e aparelhamento técnicos necessários e suficientes ao cumprimento do contrato. Para isso, a Lei de Licitações determina à Administração exigir a comprovação da capacidade técnico-operacional, segundo **art. 30, inc. II da Lei nº 8.666/93**.

9.4.2 A comprovação da capacidade técnico-operacional será averiguada através de documentos que indiquem o desempenho, em obras anteriores, de serviços pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação. Nesse aspecto, cumprirá à Administração, conforme o projeto básico, definir as **parcelas de maior relevância técnica** e de **valor significativo**, a partir do que se definirão quantitativos mínimos a serem documentados.

9.4.3 Com efeito, a salvaguarda do interesse público impõe tanto a comprovação da capacidade técnico-operacional da empresa quanto a qualificação profissional do responsável técnico, sob pena de vulneração do cumprimento do objeto do contrato.

9.4.4 A exigência da comprovação de capacidade técnico-operacional tem sentido de obter a demonstração que a licitante possui experiência na execução de serviços similares, devendo a Administração, de forma discricionária, fixar os critérios que possam não só proteger a segurança jurídica do contrato, mas também a consideração de certos fatores que integram a finalidade das licitações, com dispositivos que busquem resguardá-la de licitantes de competência estrutural, administrativa e organizacional duvidosa.

9.4.5 A Lei não define, mas legitima e exigência de quantitativos mínimos em obras anteriores de mesma ou equivalente natureza do objeto do certame pela Administração.

9.4.6 Em tema de definição de limites objetivos segundo as parcelas de maior relevância e valor significativo da obra, o TCU tem recomendado que a comprovação da capacidade técnica do licitante pode ser auferida pela execução de quantitativo de até 50% do objeto, conforme se infere do seguinte julgado.

9.4.7 A exigência de comprovação da capacidade técnica da empresa licitante, através de atestado fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrado nas entidades profissionais competentes, acerca da execução de obras e serviços de engenharia com percentual de até 50% das parcelas de maior relevância e valor significativo não restringe o caráter competitivo do certame; ao contrário, a Administração intenta, com isso, garantir a normal execução do contrato e o cumprimento do objeto da licitação com qualidade e eficiência, o que, em última análise, presta sentinela à indisponibilidade o interesse público.

10. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

10.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato sera realizado pela **Unidade de Gestão da Rede Física (UGERF)**, pois é a unidade que tem profissionais com qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços.

10.2. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3. Para garantir maior racionalização e objetividade à administração do contrato de aquisição de subestações elétricas com potências de 75 KVA, 112,5 KVA, 150 KVA e 225 KVA com a sua instalação interna e externa, e a prestação do serviço de instalações elétricas de climatização internas para as escolas públicas estaduais, será encarregado ao Gestor designado pela Secretaria de Educação deste Estado a Gestão do Contrato.

10.4. Os gestores do contrato ficarão responsáveis pelas atividades de planejamento, coordenação e controle de todo o projeto, além do acompanhamento do cumprimento dos prazos e metas estabelecidos.

10.5. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.6. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

10.7. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Projeto Básico.

10.8. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.9. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso;

10.10. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.11. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.12. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

10.13. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

10.13.1. Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

10.13.2. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas;

10.13.3. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada;

10.13.4. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada;

10.13.5. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador;

10.13.6. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

10.14. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

10.15. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

10.16. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

10.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11. RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO/SERVIÇO

11.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

11.2. O recebimento provisório será realizado pela equipe da **Unidade de Gestão da Rede Física (UGERF)** através do fiscal e da comissão de fiscalização do serviço da Secretária de Educação após a entrega da documentação acima, da seguinte forma;

11.3. No prazo de até *5 dias corridos* do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual.

11.4. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

11.4.1. A Contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários;

11.4.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

11.4.3. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;

11.4.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

11.5. No prazo de até *10 dias corridos* a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

- 11.6. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo;
- 11.7. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 11.8. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.
- 11.9. No prazo de até *10 (dez) dias corridos* a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:
- 11.10. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 11.11. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 11.12. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.
- 11.13. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.
- 11.14. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

12. ESTIMATIVA DE PREÇO E PREÇOS REFERENCIAIS

- 12.1. O custo total estimado da contratação é de **R\$ 16.753.190,46** (dezesesseis milhões setecentos e cinquenta e três mil cento e noventa reais e quarenta e seis centavos), provenientes por Fonte de Recursos Próprios desta secretaria.
- 12.2. Tal valor foi obtido a partir de da elaboração de composições de preços unitários extraídos do **SINAPI (Sistema Nacional De Pesquisa De Custos e Índice da Construção Civil)**, desenvolvido pela CEF (Caixa Econômica federal), conforme planilha anexada aos autos.
- 12.3 O detalhamento dos custos encontra-se nos autos (id 9570255 e id 9570256), conforme memorial descritivo (id 9570274).

13. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 13.1. Por se tratar de Licitação com Registro de Preços, os recursos para custeio das despesas decorrentes da contratação que se seguir à licitação de que trata este Termo de Referência serão especificados no momento da contratação.

Elaborado por:

Wendell Nunes Martins Lopes

Diretor da Unidade de Gestão de Rede Física

SEDUC-PI

Aprovo o presente Termo de Referência para **aquisição de subestações elétricas para atender a Rede Pública Estadual de Ensino do Piauí**, estando de acordo com as declarações exaradas e afirmo a ausência de direcionamento do objeto em tela, nos termos do Inciso I do Parágrafo 2º, Art. 7º da Lei 8.666/93, da Lei 10.520/2002 e da Resolução CGFR n. 03/2020.

Francisco Washington Bandeira Santos Filho

Secretário de Estado da Educação

Secretaria de Estado da Educação do Piauí - SEDUC/PI



Documento assinado eletronicamente por **WENDELL NUNES MARTINS LOPES - Matr., Diretor de Engenharia**, em 26/12/2023, às 19:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO WASHINGTON BANDEIRA SANTOS FILHO - Matr.1920716, Secretário de Estado da Educação**, em 26/12/2023, às 19:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **010565948** e o código CRC **7237028D**.